GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PAT: 202322902800001 – e-PAT: 022.961

RECURSO: OFÍCIO Nº 037/2023

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RECORRIDA: 2ª INSTÂNCIA/TATE/SEFIN/FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

INTERESSADA: BLUAMÉRICA IND. E COM. DE COUROS LTDA

RELATOR: MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO Nº: 0311/2023/2ªCÂMARA/TATE/SEFIN

VOTO DO RELATOR

A empresa já qualificada nos autos foi autuada pela acusação de ter promovido a saída de mercadorias (couro curtido), através das NFE's nº 21061, 21062, 21063, 21064, 21065, 21066, 21067, 21068, 21069, 21070, todas emitidas em 17/01/2023, com erro na determinação da base de cálculo e, conseqüentemente, na apuração do imposto, visto que praticou valor inferior à PAUTA FISCAL constante da IN 082/2022/GAB/CRE.

A infração foi capitulada no artigo 27 do RICMS/RO, aprovado pelo Dec. 22.721/18 c/c IN 082/2022/GAB/CRE. A penalidade foi tipificada no artigo 77, IV, "a", item 4 da Lei nº 688/96.

O crédito tributário está assim constituído:

Tributo:	R\$ 20.604,90
Multa:	R\$ 18.544,41

Valor total do Crédito Tributário: R\$ 39.149,31 (trinta e nove mil cento e quarenta e nove reais e trinta e um centavos).

O Sujeito Passivo devidamente intimado via DET e apresentou Defesa Administrativa tempestiva (fls. 32/43). O Julgador Singular através da Decisão de 1ª Instância sob o nº 2022/1/97/TATE/SEFIN/RO (fls. 215/217), decidiu pela Improcedência da ação fiscal, declarando indevido o crédito tributário da inicial. O sujeito passivo tomou ciência da Decisão Singular e não apresentou Recurso Voluntário. Não consta nos autos Manifestação Fiscal. Consta Relatório deste Julgador (fls. 224/225).

Em razão do Recurso de Ofício interposto, após análise das peças constitutivas deste feito, passo as seguintes considerações:

A ação fiscal foi baseada na acusação de ter promovido a saída de mercadorias (couro curtido), através das NFE's nº 21061, 21062, 21063, 21064, 21065, 21066, 21067, 21068, 21069, 21070, todas emitidas em 17/01/2023, com erro na determinação da base de cálculo e, conseqüentemente, na apuração do imposto, visto que praticou valor inferior à PAUTA FISCAL constante da IN 082/2022/GAB/CRE.

O sujeito passivo vem aos autos em sua peça defensiva, alegando que não merece prosperar a autuação, por afirmar que o produto em questão possuía variação de preços que não eram acompanhadas a rigor pela publicação de alteração da pauta. Como resultado, o produto couro curtido tipo wet blue foi, então, afastado da pauta, afastando, por consequência, a aplicação desta modalidade de aferição de preços, por si só, como ponto para a determinação da base de cálculo de incidência do ICMS. A última vez em que o couro curtido tipo wet blue figurou na pauta foi na publicação da IN 024/2019, sendo que a partir da IN 028/2019 (28/11/2019) o referido produto não mais fez parte da pauta de preço mínimo da Receita Estadual de Rondônia, e assim continua até a presente data.

O Julgador singular entendeu pela improcedência da ação, em razão da inaplicabilidade da Pauta Fiscal como meio único de se aferir a BC/ICMS nas operações com COURO CURTIDO TIPO WET BLUE, onde foram apostos o processo administrativo que retirou o produto da pauta e as IN's com a última inserção do produto na pauta e que, depois, a excluiu, além de toda documentação comprobatória juntada aos autos pelo contribuinte capaz de ilidir a ação fiscal.

Da análise dos autos, podemos observar que o julgador singular fez uma análise além dos fatos contido nos autos, permitindo-se verificar, de forma mais aprofundada, a pauta fiscal em relação ao produto efetivamente transportado e que foi alvo da ação fiscal. Constatou que o preço praticado pelas operações com o referido produto estão compatíveis, comparativamente, com o que se indica pela pauta em relação ao preço de outros couros.

Ademais, devemos considerar que o que levou o Fisco a afastar a incidência deste tipo de mercadoria da pauta fiscal, bem como as IN's com a última inserção do produto na pauta e que, depois, a excluiu, foram os fundamentos motivados pelo próprio sujeito passivo em processo administrativo, demonstrando a inaplicabilidade da pauta fiscal como meio único de se aferir a base de cálculo do ICMS nas operações com couro curtido tipo wet blue.

Assim, tendo o contribuinte contestado com vasta fundamentação comprobatória e ilidido o valor exigido, com a apresentação de documentos fiscais e planilha de composição de valores que justificassem a composição dos custos do estabelecimento, bem como a constatação de não estar acobertada pela IN 082/2022 para tal cobrança, entendo não merecer prosperar tal autuação.

Dessa forma, não merece reparos a decisão do Julgador Singular, sendo indevido o crédito tributário.

Por todo o exposto, e mais que dos autos constam, **CONHEÇO DO RECURSO DE OFÍCIO** interposto para **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, devendo ser mantida a Decisão Singular de **IMPROCEDÊNCIA** da ação fiscal.

É O VOTO.

Porto Velho, 19 de março de 2024.

MANOEL RIBEIRO DE
MATOS
JUNIOR:

MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR
Julgador/Relator da 2ª Inst/TATE/SEFIN

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20232902800001 - E-PAT: 022.961
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 037/2023
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : BLUAMERICA IND. E COM. DE COUROS LTDA
RELATOR : MANOEL RIBEIRO DE MATOS JUNIOR

RELATÓRIO : Nº 253/23/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN.

ACÓRDÃO Nº 038/2024/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN.

EMENTA : ICMS/MULTA – PAUTA FISCAL DE PREÇOS MÍNIMOS - ERRO NA DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS – INOCORRÊNCIA - Restou provado que o sujeito passivo praticou corretamente as operações de circulação de mercadoria, em razão da inaplicabilidade da Pauta Fiscal como meio único de se aferir a BC/ICMS nas operações com COURO CURTIDO TIPO WET BLUE. Consta dos autos o processo administrativo que retirou o produto da pauta a pedido do contribuinte. O produto em questão não está incluso no tipo “Couro bovino curtido - outros tipos”. Mantida a Decisão singular que julgou improcedente o auto de infração. Recurso de Ofício não provido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – TATE**, à unanimidade em conhecer do recurso interposto para ao final negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância de **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Manoel Ribeiro de Matos Júnior, acompanhado dos Julgadores Fabiano Emanuel Fernandes Caetano, Roberto Valladão Almeida de Carvalho e Juarez Barreto Macedo Júnior.

TATE, Sala de Sessões, 19 de março de 2024.

Anderson Aparecido Arnaut
Presidente

Manoel Ribeiro de Matos Júnior
Julgador/Relator